

Estado – Nação e Novos Processos de Espaçamento Mundial: a questão da Identidade e da Socialidade Belicosa.

Maria Lucia de Amorim Soares
Centro de Ciências Humanas
Universidade de Sorocaba
Sorocaba – SP – Brasil
e-mail: maria.soares@uniso.br

1. Advertência

Este texto pode ser lido a partir de qualquer platô - zona de intensidade vibrando sobre ela mesma – no caminho de Deleuze e Guattari. Este é um texto que aspira à elaboração de um “pensamento nômade” – máquina de guerra, totalmente diferente dos exércitos estatais, procedendo por capturas pouco pacíficas; conectando energias habitualmente soltas; desterritorializando velhas intensidades e fazendo “rizoma”:

“Existem linhas que não podem ser resumidas em trajetórias de um ponto e que fogem da estrutura, linhas de fuga, devires, sem futuro nem passado, sem memória, que resistem à máquina binária, devir – mulher que nem é homem nem é mulher, devir – animal que nem é bicho nem homem. Evoluções não paralelas, que não procedem por diferenciações, mas que pulam de uma linha para outra, entre seres totalmente heterogêneos; fissuras, rupturas imperceptíveis, que quebram as linhas, mesmo se retomam em outro lugar, pulando por cima dos cortes significantes ... é tudo isso o rizoma (1995:34).

2. A Modernidade: algumas características e antinomias

O termo “moderno” refere-se a um tempo, tempo que não pode ser demarcado cronologicamente sem restrições. Entretanto, para uma definição pode-se demarcar a modernidade com referência à ciência, como o tempo da razão, da ordem, da disciplina, do método, da objetividade, da imparcialidade, do rigor, do trabalho científico especializado. Refere-se, também, a determinadas condições que se satisfazem no fortalecimento de instituições e de práticas articuladas envolvendo Estado, capital, sociedade e ciência, valendo-se da apresentação temporal como desenvolvimento, como passagem de um estado inferior a um estado superior.

O tempo-espaço invocado pela memória moderna é linear e vertical e não cíclico e horizontal, campo de batalha entre o futuro (superior) e o passado (inferior). Mas, o moderno é, ao mesmo tempo, um tempo sempre carregado de crises, dúvidas, indefinições, desigualdades, promessas não cumpridas, revoluções violentas, colapsos de impérios, seqüelas de guerras, mudanças de ritmos, como diz BAUMAN (1997).

A modernidade é um projeto de libertação em relação aos diferentes tipos de coações e de constrangimento que limitaram a experiência humana e como essa experiência foi determinada pelo espaço e pelo tempo, é em relação a esses quadros que o homem pretendeu, sempre, libertar-se.

Apesar da sua origem eufórica, o projeto iluminista revelou uma fase inquietante por razões históricas – devido a efeitos perversos da sua realização, como por razões fundamentais, devido às antinomias lógicas do próprio projeto da modernidade. RODRIGUES elenca as antinomias:

“Uma das antinomias do projeto da modernidade pode ser formulada com o célebre slogan de Maio 68: “é proibido proibir”, slogan que traduz a dificuldade com que se encontra qualquer projeto emancipador, em nome do qual se podem legitimar todas as servidões.

Uma outra antinomia tem a ver com a própria definição da modernidade enquanto ruptura emancipadora para com a tradição. A modernidade torna-se assim o próprio fundamento legitimador da tradição, uma vez que só se poderá sustentar enquanto a tradição se mantiver e na medida em que ela se mantiver.

É por isso que, ao instituir-se como ideal legitimador do discurso e da ação, a modernidade não pode deixar de se tornar por sua vez também tradicional. Foi esta antinomia que esteve na origem, ao longo de toda a sua realização histórica, tanto da aceleração dos processos vanguardistas como da sua crise letal”. (2001: 50).

Hoje, na expressão de BAUMAN, a modernidade apresenta-se “leve”, “líquida”, “fluída” – marcada pelo desengajamento/enfraquecimento dos laços que predem o capital ao trabalho, e infinitamente mais dinâmica que a modernidade “sólida” – engajamento entre capital e trabalho fortificado pela mutualidade de sua dependência, que suplantou. A passagem de uma a outra acarretou profundas mudanças em todos os aspectos da vida humana trazendo novas categorias de análise: a desreferencialização do real; a dessubstancialização do sujeito; a desdefinição da arte; a desmaterialização da economia; a desreferencialização do espaço; a desconstrução da filosofia; a despolitização da sociedade; a saturação do cotidiano; o hedonismo consumista; o ecletismo; a erotização; a sedução do sujeito; a perda da autoria; a aceitação do efêmero; o esvaziamento das metanarrativas.

Vários necrologios estão a espreita: fim da representação, fim dos metarelatos, fim das utopias, fim do social, fim dos sujeitos, fim da história, fim da geografia, fim do Estado – nação. Diz Paul Virilio que “não é preciso morrer, já somos mortos vivos”. Entretanto, segundo MARTIN:

“Se a diferenciação das áreas teria perdido significado, renunciando, assim, o “fim da Geografia, do mesmo modo com o futuro que deverá ser apenas a reprodução, sem descontinuidade, do presente, justificando-se assim o “fim da História”; também, a complexidade dos grupos sociais teria deixado de ser importante, acarretando, por consequência, o desaparecimento da “Sociologia” e da “Antropologia”. Se tamanha carnificina acadêmica conduzirá, dialeticamente, à vitória da perspectiva totalizadora do marxismo, ou ao contrário, apenas servirá para aplainar o caminho de retorno à barbárie, é algo que se encontra hoje inteiramente em aberto”.(1992: 29)

3. O dispositivo Estado – nação

Nos tempos da modernidade sólida, a nação era a outra face do Estado e a arma principal em sua luta pela soberania sobre o território e sua população. O Estado era o elemento imprescindível para controle e manipulação das contradições da reprodução do capital. Tendo como base a exploração do trabalho, o resultado tornava-se o embate político e ideológico entre as diferentes classes sociais, aparecendo o Estado como elemento conciliador das partes através de instrumentos de dominação e camuflagem dos conflitos.

Hoje, o Estado tem seu poder e soberania deprimidos pela crescente interdependência dos países, pelo nascimento de pactos macro-regionais, pela emergência de legislações globais e pelo surgimento de instituições transnacionais, políticas ou não. Entretanto, embora cresça a importância e o papel dessas organizações em níveis regionais, globais, transnacionais, subnacionais, o sistema de Estados permanece no centro da política mundial e no centro dos debates das mudanças que ocorrem em escala planetária.

Mas, se o Estado continua a reter significativa parcela de poder no jogo político das sociedades contemporâneas, seu lugar está redefinido. BAUMAN escreve:

“O Estado pode não esperar muito do potencial mobilizador da nação de que ele precisa cada vez menos, à medida que os massivos exércitos de conscritos, reunidos pelo frenesi patriótico febrilmente estimulado, são substituídos pelas unidades high-tech elitistas, secas e profissionais, enquanto a riqueza do país é medida, não tanto pela qualidade, quantidade e moral de sua força de trabalho, quanto pela atração que o país exerce sobre as forças friamente mercenárias do capital global.

*Em um Estado que não é mais a ponte segura além do confinamento da mortalidade individual, um chamado ao sacrifício do bem-estar individual, para não falar da vida individual, em nome da preservação ou da glória imorredoura do Estado soa vazio e cada vez mais bizarro, se não engraçado. O romance secular da nação com o Estado está chegando ao fim; não exatamente um divórcio, mas um arranjo de “viver juntos” está substituindo a consagrada união conjugal fundada na lealdade incondicional. Os parceiros estão agora livres para procurar e entrar em outras alianças; sua parceira não é mais o padrão obrigatório de uma conduta própria e aceitável. Podemos dizer que a nação, que costumava ser o substituto da comunidade ausente na era da **Gesellschaft**, se volta em direção da **Gemeinschaft** deixada para trás em busca de um padrão a emular e que lhe sirva de modelo. O andaime institucional capaz de manter a nação unida é pensável cada vez mais como um trabalho do tipo faça-você-mesmo. São os sonhos de certeza e segurança, e não suas disposições factuais e rotinizadas, que devem levar os indivíduos órfãos a abrigar-se sob as asas da nação, enquanto buscam a segurança teimosamente fugidia”. (2001: 211,212).*

Desse modo, parece haver pouca esperança no resgate dos serviços de certeza, segurança e garantias do Estado. O progresso representa a autoconfiança do presente e não mais qualquer qualidade da história. Numa vida guiada pelo princípio da flexibilidade, as estratégias e planos de vida são criados por atores evasivos para curto prazo. O

trabalho – universo da construção da ordem e controle do futuro na modernidade sólida – passa a usar estratégias do reino do jogo, saturado de incertezas, desregulado e privatizado, episódico. O capital se torna extraterritorial, leve, solto, volátil, compromissado somente com consumidores, numa medida sem precedentes. O corpo torna-se o último posto de defesa, última linha de trincheiras da segurança, donde a preocupação obsessiva e excessiva em sua defesa valorizando, nesse sentido, sensibilidades cotidianas: é a ética da estética.

4. Novos processos de espaçamento mundial

Pequenos Estados e não grandes Estados e mesmo um mundo sem Estados é o desejo das multinacionais. HOBBSBORN observa: “A menos que tenha petróleo, quanto menor o Estado, mais fraco ele é, e menos dinheiro é necessário para se comprar um governo”.

FRIEDRICH RATZEL, pregador dos direitos do mais forte, captando o espírito da sua época – limiar do século colonialista, escreveu que:

“a luta pela existência significa uma luta pelo espaço ... Um povo superior, invadindo o território de seus vizinhos selvagens mais fracos, rouba-lhes a terra, encurrala-os em cantos pequenos demais para seu sustento e continua a usurpar mesmo suas míseras posses, até que os mais fracos finalmente perdem os últimos resíduos de seu domínio, e são expulsos da terra ... A superioridade dessa expansão consiste principalmente em sua maior capacidade de apropriar, utilizar plenamente e povoar o território”.

Hoje, não mais. O jogo hoje é entre o mais rápido e o mais lento, dominando os que aceleram além da velocidade de seus opositores. BAUMAN faz uma interpretação desse instante:

“Quando a velocidade significa dominação, a “apropriação, utilização e povoamento” do território se torna uma desvantagem – um risco e não um recurso. Assumir algo sob nossa própria jurisdição e anexar a terra alheia implicam as tarefas caras, embaraçosas e não-lucrativas de administração e policiamento, responsabilidades e compromissos – e acima de tudo limitações consideráveis à nossa futura liberdade de movimento”. (2001: 215).

Novos agentes dos poderes globais podem ser listados: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), empresas transnacionais, as indústrias da comunicação e da cultura com suas redes mundializadas e a sociedade civil global. Podem ser acrescentados a essa lista os pactos macro-regionais num esforço de reespaçamento na Europa – UNIÃO EUROPÉIA, e no continente americano – NAFTA, MERCOSUL, ALCA. Segundo DAMIANI:

“Trata-se de uma territorialidade mundial, com características de rigidez, controle e poder, movida pelos interesses de mercados dominantes, que submetem os territórios e as políticas nacionais. No bojo

da relação estrita, entre o econômico e o político, em outras palavras, do político colado na economia, está uma alteração de prioridades de investimentos estatistas, no âmbito nacional, básica para a realização dessas políticas mundiais.

Temos, então numerosas territorialidade fixas, construídas por estruturas de poder, cujo desvendamento exige a leitura do Estado e da ação estatista, e podem constituir unidades estaduais, municipais etc., ou ser lidas, a partir do Estado Nacional, num consórcio de Estados, como o Mercosul, a União Européia (UE) – isto é, territorialidades regionais e mundiais, regidas por interesses econômicos, mas cujo fundamento é o Sistema de Estados. Há sujeição a dominação, não apenas coerência e composição nessas estruturas hierarquizadas; portanto, contradição, desnível e conflito.

Os blocos regionais, como a UE e outros, não significam, exatamente, melhoras mútuas de condições econômicas e comerciais. São formas de reunião dos Estados, em face dos imperativos da globalização e ajustes necessários a ela. Os critérios de convergência e a adaptação a eles, de cada país congregado, podem levar a uma guerra comercial de uns em relação aos outros, marcada pela concorrência, sem a preservação dos direitos anteriores à proteção de seus mercados internos. O que equivale, em muitos países, à conquista de maior competitividade, à austeridade salarial e à flexibilização do trabalho; à desqualificação profissional, a contratos temporários de trabalho e à redução dos direitos sociais e trabalhistas”. (2000: 21,22)

Em suma, nos últimos séculos o dispositivo Estado-nação enlaçou e homogenizou todos os processos de espaçamentos cognitivo, estético e moral, tornando seus resultados seguros dentro da soberania triúna – política, econômica e militar. A maneira como a economia mundial opera hoje, assim como as elites econômicas extraterritoriais que a dirigem, favorecem organismos estatais que não podem impor eficazmente as condições sob as quais se pautam a economia. Neste caminho a luta pela soberania – controle dos processos de espaçamentos, torna-se competição por melhores negócios na distribuição mundial do capital trazendo a tragédia da cultura.

A função em que os Estados-nação costumavam se especializar – a construção de uma identidade, isto é, um espaço social não-contencioso no designar de BAUMAN (1997), hoje tende a se tornar cada vez mais opaca e relativizada. Contraditoriamente, a perspectiva do espaço unificado, dirigido e controlado sob incessante ansiedade é que traz a existência de uma socialidade belicosa, intolerante e explosiva.

5. A questão da identidade e da socialidade belicosa

Novamente, no caminho de BAUMAN (1997), é preciso pensar em dois processos sociais cada um com seu significado próprio: os processos de socialização e socialidade. A socialização tem seu centro no cálculo racional de ganhos e perdas com isso criando um ambiente de ação feito de escolhas passíveis de serem desempenhadas discursivamente. Em contra partida, a socialidade se concentra na unicidade acima da regularidade e no sublime acima do racional, sendo, portanto, avessa às regras, cancelando o sentido instrumental da ação e tornando o desempenho das regras problemático.

A socialização é processo controlável visando a reprodução de arranjos de identidades atribuídas a cada um e a todos os membros de uma coletividade. É veículo de

classificação e diferenciação de direitos e deveres socialmente atribuídos, que no seu âmago consiste apenas na liberdade de escolher entre identidades com vistas a manutenção da ordem na sociedade enquanto tecido de interações sociais. É antecipadora do estado a ser alcançado antes de ser buscado, monitorando-o e reinterpretando-o, enquanto está em andamento. É delimitada no tempo, sempre visando o tempo que ainda não existe. É processo cumulativo, narrativo, meio para um fim.

A socialidade, por sua vez, no contraponto da socialização não tem nenhuma direção, nem sabe onde está indo. Vive sempre no presente, é sempre plana, sem biografia movendo-se sem mudar de lugar, começando sempre no novo. É cortada de um só bloco e só permanece ela mesma em sua totalidade. É charmosa mas não se pode recontar em sua originalidade. Não tem objetivo, é apenas instrumento de si mesma. Vive em convulsões e começos, em espasmos e explosões, alcançando seu fim no momento em que irrompe. Como o expressa BAUMAN:

“... a socialidade, essa estruturação contra-estrutural, é um fenômeno estético: desinteressado, sem propósito e autotélico (ou seja, seu próprio fim). O seu único modo de ser é a momentânea sincronização de sentimentos. Os sentimentos são partilhados, mas são partilhados antes de terem sido articulados e em vez de serem expressos: a própria partilha é sobretudo entre os sentimentos partilhados – os mais irresistíveis sentimentos, sobrepujando todos os outros sentimentos, não tendo nenhum espaço e tempo para o exame de outros sentimentos. O caminho, aliás tortuoso, para a coordenação dos afetos, interminavelmente serpeando pelas agonias do auto-exame, ineptidões de expressão, manqueira de palavras, corta-se abruptamente. Preliminares são desnecessários: partilhar é agora, aqui, imediatamente. Costumava haver longo caminho de Um a Outro; agora não há mais distância, nenhuma fissura e nenhum buraco foram deixados no universo do “nós”, aquele “nós” que não passa de plural do “eu”; não é preciso construir nenhuma ponte”.(1997: 150)

Os produtos, caracterizados por vida breve e desassossego, dessa estruturação espontânea são as neotribos. Tribos porque são grupos pequenos com afirmação militante da identidade coletiva. Neo – porque privadas de mecanismos de autoperturbação e auto-reprodução. Comunidades destinadas a permanecer endemicamente precárias, neuróticas no que se refere a assuntos de segurança e paranóicas no que se refere à hostilidade e más intenções no ambiente; comunidades postas e mantidas pela intensidade da dedicação de seus membros, construída ano a ano, dia a dia, hora a hora e que têm como combustível a fluidez, a efemeridade; comunidades onde a ação comum não segue interesses partilhados, mas os cria, quer dizer, junta na ação tudo o que existe para partilhar numa fúria sectária de auto-afirmação violenta.

Acentua BAUMAN:

“Diversamente das tribos “clássicas”, as neotribos não duram mais que suas unidades (“membros”). Mais que ser compensação coletiva da mortalidade individual, são veículos da desconstrução da imortalidade; ferramentas de uma espécie de vida que é um ensaio diário de morte e, precisamente por isso, um exercício de “imortalidade instantânea”... Michel Maffesoli, que introduziu o termo “neotribos” no discurso corrente frisa que “uma vez terminado o jogo, o que constituía uma totalidade fica diluído até o surgimento de outro modo”. O resultado geral dessa

“configuração”, só para de novo perder a figura, é que a sucessão de “presentes” (sem nenhum futuro) é a melhor caracterização da atmosfera do momento”. (1997: 162/163).

As neotribos são erupções de socialidade, breves expedições ao mundo, com lealdades girando sobre um tópico único na atenção pública, um tópico simples, com um só tipo de ação que fica condensado em um só conjunto de símbolos. Soa estranha e vazia, então, aos ouvidos contemporâneos a sugestão de Durkheim que apenas “ações que têm uma qualidade duradoura são dignas de nossa volição, apenas prazeres duradouros são dignos de nossos desejos”.

As neotribos, tribos pós-modernas, movidas por uma vida frágil – momento de condensação intensa, trazem o ressurgimento da violência como o principal instrumento de construção de uma nova ordem, questionando conceitos como forma de vida, tradição, comunidade. Revelam uma modernidade sem ilusões – emancipada da falsa consciência, das aspirações irreais e dos objetivos irrealizáveis. Espalham a energia dos seus impulsos, assim contribuindo para a ramificação da solidão que buscam quebrar.

Um pequeno exemplo vindo de notícia publicada em O Estado de São Paulo, 12 de dezembro de 2002, p. A18, sob o título “Bruxelas dá condição de segunda classe ao leste”, no momento em que a União Europeia ratifica sua ampliação de 15 para 25 países, é adequado para caracterizar os modos das neotribos operarem:

“Londres – Um dia desses o prefeito de Szczecin, um veterano do Solidariedade chamado Marian Jurczyk, precisou abafar seus instintos revolucionários e insistir com seus compatriotas poloneses para que não destruíssem um supermercado ocidental. As prateleiras estavam lotadas de alimentos baratos da União Europeia (UE), altamente subsidiados – uma vantagem para os consumidores, mas a morte comercial para os agricultores poloneses não-subsidiados que não podem esperar competir com o queijo, leite e bistecas de carneiro beneficiados pela Política Agrícola Comum (CAP Common Agricultural Policy)”.

6. Observações Finais

Vem de BAUMAN, cujas reflexões deram voz substancial ao presente texto, uma das observações finais:

“Se o princípio da soberania dos Estados-nação está finalmente desacreditado e removido dos estatutos do direito internacional, se a capacidade de resistência dos Estados está efetivamente quebrada a ponto de não precisar ser levada seriamente em conta nos cálculos dos poderes globais, a substituição do “mundo das nações” pela ordem supranacional (um sistema político global de freios e contrapesos para limitar e regular as forças econômicas globais) é apenas um dos possíveis cenários – e, da perspectiva de hoje, não o mais provável. A disseminação mundial do que Pierre Bourdieu chamou de “política da precarização” é igualmente provável, se não mais. Se o golpe na soberania do Estado se demonstrar fatal ou terminal, se o Estado perder seu monopólio da coerção (que tanto Max Weber como Norbert Elias consideravam como sua característica distintiva e, simultaneamente, o

atributo sine qua non da racionalidade moderna ou ordem civilizada), não se segue necessariamente que o volume total de violência, inclusive violência com conseqüências potencialmente genocidas, diminuirá; ela pode ser apenas “desregulada”, descendo do nível do Estado para o da “comunidade” (neotribal)”. (2001: p. 220/221).

Nesse espectro instaura-se uma relação patológica. Continua BAUMAN:

“Na falta do quadro institucional de estruturas “arbóreas” (para utilizar a metáfora de Deleuze/Guattari), a sociedade pode perfeitamente retornar a suas manifestações “explosivas”, ramificando-se e fazendo brotar formações de grau variado de durabilidade, mas invariavelmente instáveis, calorosamente contestadas e destituídas de base em que se apoiar – à exceção das ações apaixonadas e frenéticas de seus partidários. A instabilidade endêmica dos fundamentos precisará ser compensada. Uma cumplicidade ativa (voluntária ou forçada) nos crimes, que só a existência continuada de uma “comunidade explosiva” pode isentar efetivamente de punição, é a candidata mais provável a ocupar a vaga. Comunidades explosivas precisam de violência para nascer e para continuar vivendo. Precisam de inimigos que ameacem sua existência e inimigos a serem coletivamente perseguidos, torturados e mutilados, a fim de fazer de cada membro da comunidade um cúmplice do que, em caso de derrota, seria certamente declarado crime contra a humanidade e, portanto, objeto de punição”. (2001: 221).

A experiência de insegurança fica mais aguda sempre que o sedimento da socialização perde sua solidez. Mas, acometimentos de insegurança não são novos, tampouco o são as respostas a eles. Sabe-se que ambos surgem por toda a história das seqüelas de guerras, revoluções violentas, colapsos de impérios, ou como concomitantes de mudanças sociais rápidas. Os presentes esforços de reespaçamento por toda Europa e todo continente americano podem ser explicados pela necessidade de toda identidade se tornar cada vez mais nítida para ser mais segura e não-problemática visto a compulsiva e obsessiva, continua, irrefreável e sempre incompleta modernização com base num capitalismo mundial integrado.

O Estado tem se mostrado incapaz de acompanhar a dinâmica desse capitalismo e, como guardião do desenvolvimento, começa a ver abalada a sua legitimidade, tanto pelo seu caráter regulador no interesse de todos, como pelo seu caráter de referência de uma comunidade de destino, nacional. GONÇALVES assim se expressa:

“No lugar da centralidade do poder que esteve, como vimos, na base da constituição dos Estados Territoriais Modernos, se fala cada vez mais de descentralização, de comunidades legais, do lugar. Ao mesmo tempo se fala de Planetarização, Globalização, Mundialização, de Capitalismo Mundial Integrado. Tudo está a indicar que nos encontramos imersos numa enorme tensão de territorialidades e, como não existe territorialidades sem processos e sujeitos que as institui ... Sustentamos que a crise da organização societária em que ora nos achamos imersos é, também, a crise das territorialidades instituídas e dos sujeitos instituintes. O Estado Moderno que se tornou Nacional depois de ter sido simplesmente territorial, foi a forma geográfica por excelência dessa territorialidade em crise”. (1992: 42,43).

É nessa crise que escapam sensibilidades múltiplas, diferentes, conflituosas. Em sua encarnação moderna, especificamente líquida, extraem poder da sua precariedade e de seu futuro incerto, da vigilância e investimento emocional que sua frágil existência demanda a gritos. MAFFESOLI as visualiza em direção à *persona* e à multiplicidade de papéis e máscaras nos quais a pessoa só existiria em termos do papel ou da máscara usada em dado momento e situação, afirmando, assim, o apogeu das massas com o declínio do proletariado enquanto sujeito histórico. MAFFESOLI postula que a existência de tribos exprimem a “socialidade fundante” de nossa atualidade, na qual ocorre.

“ ... o vaivém constante que se estabelece entre a massificação crescente e o desenvolvimento de microgrupos que chamarei de tribos. Claro está que, como as massas em permanente agitação, as tribos que nela se cristalizam são instáveis. As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para a outra (...) ao contrário da estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão. O adepto do jogging, o punk, o look rétro, os ‘gente-bem’, os animadores públicos nos convidam a um incessante travelling. (...), a efervescência do neotribalismo que sob, as mais diversas formas, recusa reconhecer-se em qualquer projeto político, não se inscreve em nenhuma finalidade e tem como única razão ser a preocupação com um presente vivido coletivamente”. (1987: 8, 9, 105, 107).

As identidades da era moderna líquida, que vivem em breves intervalos entre a explosão e a extinção, são designadas por BAUMAN (2002) pelo termo “cloakroom community” (literalmente “comunidades de guarda-casacos, em alusão aos locais onde, em museus e teatros, deixam-se capas e casacos, que são retirados à saída):

“os freqüentadores de um espetáculo se vestem para a ocasião, obedecendo a um código distinto do que seguem diariamente – o ato que simultaneamente separa a visita como uma “ocasião especial” e faz com que os freqüentadores pareçam, enquanto durar o evento, mais uniformes do que na vida fora do teatro. É a apresentação noturna que leva todos ao lugar – por diferentes que sejam seus interesses e passatempos durante o dia. Antes de entrar no auditório, deixam os sobretudos ou capas que vestiram nas ruas no cloakroom da casa de espetáculos (contando o número de cabides usados pode-se julgar quão cheia está a casa e quão garantido está o futuro imediato da produção). Durante a apresentação, todos os olhos estão no palco; e também a atenção de todos. Alegria e tristeza, risos e silêncio, ondas de aplauso, gritos de aprovação e exclamações de surpresa são sincronizados – como se cuidadosamente planejados e dirigidos. Depois que as cortinas se fecham, porém, os espectadores recolhem seus pertences do cloakroom e, ao vestirem suas roupas de rua outra vez, retornam a seus papéis mundanos, ordinários e diferentes, dissolvendo-se poucos momentos depois na variada multidão que enche as ruas da cidade e da qual haviam emergido algumas horas antes.

Cloakroom communities precisam de um espetáculo que apele a interesses semelhantes em indivíduos diferentes e que os reúna durante um certo tempo em que outros interesses – que os separam em vez de

uni-los – são temporariamente postos de lado, deixados em fogo brando ou inteiramente silenciados. Os espetáculos enquanto ocasiões para a breve existência de cloakroom communities não fundem e misturam cuidados individuais em “interesses de grupo”; adicionadas, as preocupações em questão não adquirem uma nova qualidade, e a ilusão de compartilhar que o espetáculo pode gerar não dura muito mais que a excitação da performance”. (2001: 228,229).

“Comunidade de Carnaval” é outra designação que BAUMAN (2002) oferece para as comunidades em discussão dizendo:

“Tais comunidades, afinal, dão um alívio temporário às agonias de solitárias lutas cotidianas, à cansativa condição de indivíduos de jure persuadidos ou forçados a puxar a si mesmos pelos próprios cabelos. Comunidades explosivas são eventos que quebram a monotonia da solidão cotidiana, e como todos os eventos de carnaval liberam a pressão e permitem que os foliões suportem melhor a rotina a que devem retornar no momento em que a brincadeira terminar. E, como a filosofia, nas melancólicas meditações de Wittgenstein, “deixam tudo como estava” (sem contar os feridos e as cicatrizes morais dos que escaparam ao destino de “baixas marginais”)”. (2002: 229).

Em síntese, a configuração das abordagens até aqui expostas diz que o Estado-nação, instituição central da política moderna, continua a reter significativa parcela de poder no jogo político nas sociedades contemporâneas, apesar de ter seu lugar redefinido economicamente por organizações e autoridades internacionais que catalizam os novos processos de espaçamento mundial. Esse fato atinge um relevante potencial do Estado-nação: sua dominância na capacidade de construir identidade, componente vital de um tempo pleno de nacionalismos, originando múltiplos referentes identitários que, no dizer de BAUMAN (2001), espalham em vez de condensar a energia dos impulsos de sociabilidade, e assim contribuem para a perpetuação da solidão que busca desesperadamente redenção nas raras e intermitentes realizações coletivas orquestradas e harmoniosas. Tensões emocionais e traumas ecléticos são geradores de agressividade – é a socialidade belicosa, abismo ainda intransponível entre o destino do indivíduo *de jure* do indivíduo *de facto*, já que cada indivíduo *de jure* é uma máquina de guerra, no sentido de Deleuze e Guattari, que tenta construir um espaço liso sobre linhas de fuga no espaço estriado do Estado:

“... e cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se fosse liso. É nesse sentido que a réplica do Estado consiste em estriar o espaço, contra tudo que ameaça transbordá-lo”. (1995: 60).

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- DAMIAN, Amélia Luisa. Geografia Política e Novas Territorialidades. In PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs), Geografia em Perspectiva São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 17/26.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo - Edgar (orgs). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GENTILI, Pablo (org). Globalização Excludente. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- GIDDENS, Antony. As conseqüências da modernidade. São Paulo; Editora UNESP, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. Terra Livre – AGB/São Paulo, nº 11-12, agosto 92/agosto 93, p. 9/76.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. The Age of Extremes. Londres: Michael Joseph, 1994.
- MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MARTIN, André Roberto. A politização da Geografia como alternativa à “Crise dos territórios”. In PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.) Geografia em Perspectiva. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 27/33.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. Paisagens urbanas. São Paulo: Editora SENAC/ Editora Marca D’Água, 1998.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Para uma genealogia do discurso da globalização da experiência. In PRADO, José Luiz Aidar; SOVIK, Liv (orgs.), Lugar Global e Lugar Nenhum. São Paulo: Hacker Editores, 2001, p. 49/66.
- ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- ROUANET, Sérgio Paulo; MAFFESOLI, Michel. Moderno e pós-moderno. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. IN OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). Pós-modernidade . Campinas: Editora da UNICAMP, 1993,p. 43/55.
- SOARES, Maria Lucia de Amorim. Educação e Ética: modernidade e pós-modernidade. Revista de Estudos Universitários, Universidade de Sorocaba, nº 1, vol. 28, junho 2002.
- SOARES, Maria Lucia de Amorim. PoMo Phobia: de insights pós-modernos, trabalhadores na educação e ensino da Geografia. Revista de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina – Paraná (no prelo).
- SOARES, Maria Lucia de Amorim. Estado-nação, a questão da identidade e a tensão socialização/socialidade. Universidade Estadual de Londrina – Paraná (livro no Prelo).
- SOARES, Maria Lucia de Amorim. De Semióforos, Motivos Edêmico e ensino da Geografia. Revista Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina – Paraná, nº 2, vol. 10, 2002.
- SOARES, Maria Lucia de Amorim. Girassóis ou Heliantos: maneiras criadoras para o conhecer geográfico. Prêmio LINC – Prefeitura Municipal de Sorocaba – SP – Brasil, 2001.
- VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. São Paulo: Editora Contexto, 2000.